

CUT CONVOCA PARA 3 DE OUTUBRO, DIA NACIONAL DE LUTAS

Em resolução Central aponta necessidade de unificar categorias para campanhas salariais, repudia mudanças no FAP e NR-12

A Direção Executiva da CUT, reunida no dia 16 de setembro em São Paulo, manifestou sua preocupação com o agravamento da crise política e econômica brasileira, particularmente com as medidas erráticas do governo, como o mais recente pacote de medidas fiscais, que apontam para o aprofundamento da recessão, na contramão do projeto que obteve o apoio popular nas últimas eleições.

A Central reafirma sua posição contrária à atual política econômica do governo e ao pacote de medidas fiscais de 14 de setembro, pois os cortes atingem programas sociais reduzindo seus gastos, inibem o investimento público, e o recuo do Governo Federal nos acordos já praticamente alcançados com as entidades dos servidores federais, como a Condsef e CNTSS-CUT, adiando em 6 meses a aplicação da primeira parcela de reajuste salarial. Do lado das receitas pretendidas, o pacote onera a produção, sem tocar no capital especulativo e as altas taxas de juros que o beneficiam, aumenta impostos de forma regressiva, afetando os setores de menor renda. A nova proposta de CPMF cuja arrecadação seria destinada a pagar aposentadorias pode ser a antessala de um novo ataque à Previdência da classe trabalhadora, como insinuou o ministro Levy.

No seu conjunto, o pacote prolonga a política de ajuste fiscal, que provoca recessão e não crescimento econômico, como saída para a crise. Para a CUT as medidas para o equilíbrio orçamentário deveriam ser outras: combater a sonegação fiscal, taxar grandes fortunas e a remessa de lucros das multinacionais, além de uma política tributária progressiva. O pacote, além disso, foi anunciado sem qualquer diálogo com a sociedade, particularmente com os setores que vêm dando sustentação social ao governo.

A insistência por parte do governo federal no aprofundamento das políticas de “austeridade” para gerar superávit primário (destinado a pagar banqueiros e especuladores de títulos da dívida pública) é confirmada pelo conteúdo global desse pacote e tem sido a moeda de troca exigida pelo empresariado para continuar apoiando o governo. Os setores que apostam neste tipo de política que aguçou já a crise com meio milhão de empregos perdidos e uma recessão prolongada, são os mesmos interessados em rebaixar salários e retirar direitos, fragilizar os sindicatos, para criar condições para um modelo econômico que amplie as desigualdades sociais, faça novas entregas do patrimônio público, diminua a proteção social, reduzindo ao mínimo as funções do Estado e colocando o país numa situação de subordinação aos interesses das corporações multinacionais. Eles aproveitam a fragilidade do governo e seus desacertos na economia para desconstruir, com o apoio da mídia e de seus representantes no Congresso, o projeto que foi desenvolvido nos últimos 12 anos.

Diante deste quadro, a CUT reafirma sua posição de que a saída para a crise econômica é pela via do crescimento que preserve o patrimônio público, promova o emprego, distribua melhor a renda, diminua as desigualdades sociais e aumente a proteção social. Para combater a atual política econômica, a CUT seguirá fortalecendo a unidade dos setores sindicais, populares e democráticos, como integrante da Frente Brasil Popular lançada em Belo Horizonte em 5 de setembro, espaço onde discutirá suas propostas alternativas de política econômica e de aprofundamento da democracia no nosso país.

A CUT continuará mobilizando suas bases, unificando as categorias em campanha salarial em torno das palavras de ordem “Nenhum direito a menos”, “Nenhuma demissão”, defendendo ganhos reais de salário e a democracia. A unificação das campanhas salariais, a greve nacional dos petroleiros que a FUP está organizando no período, as greves nas montadoras do ABC, como agora na Ford, contra as demissões, colocam para a Central a urgência de intensificar a luta em defesa do emprego.

De imediato, a Executiva nacional da CUT, diante do inaceitável recuo do governo em conceder o reajuste salarial dos servidores públicos federais, conclama todas as suas bases a engrossarem a luta da categoria em todo o país e o seu engajamento no Dia Nacional de Luta de 23 de setembro.

A CUT conclama também as suas bases a participarem do Dia Nacional de Mobilizações de 3 de outubro chamado pela Frente Brasil Popular em todas as capitais em defesa da Petrobras, da democracia, dos direitos e por outra política econômica. Esta jornada, no caso do Estado do Rio de Janeiro, se dará no dia 2 de outubro em Niterói, num grande ato de iniciativa dos petroleiros (FUP) e metalúrgicos dos estaleiros navais que sofrem uma onda de demissões.

O enfrentamento da atual política econômica e da ofensiva conservadora se dará com os trabalhadores e o povo nas ruas, pressionando o governo e o Congresso e preparando a greve geral que a Central pretende discutir em outubro no CONCUT.

A Executiva Nacional da CUT se soma às centenas de entidades que lutam por uma reforma política democrática. Neste momento em que o STF acaba de julgar inconstitucional o financiamento empresarial de campanhas eleitorais, reivindicamos o veto da Presidente Dilma ao PL 5735/13 – Minirreforma Eleitoral – que o Congresso enviará à sanção presidencial mantendo esta forma de financiamento às campanhas eleitorais, razão fundamental dos sucessivos casos de corrupção que gangrenam o sistema político brasileiro. A CUT estará junto com todas essas entidades na campanha “Veta Dilma!”.

FAP

A Executiva Nacional, considerando a posição apresentada pela Secretaria Nacional de ST e pelo Coletivo Nacional de ST, entendendo que as mudanças nas regras do Fator Acidentário de Prevenção, propostas pelo governo, em nada favorecem aos trabalhadores, ao contrário, representam um retrocesso relativamente à política de prevenção de acidentes e doenças do trabalho, deliberou por orientar o representante da CUT no Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS a posicionar-se contra a todas elas, à exceção da proposta de retirada da redução de 25% na faixa malus. Deliberou também que nosso representante deverá debater com os demais membros das bancadas dos trabalhadores e dos aposentados no sentido de votar de forma unificada, rechaçando as propostas de 1) mudança na forma de apuração de CNPJ raiz para estabelecimento; 2) retirada do cálculo do FAP das CAT com afastamentos até quinze dias; 3) retirada do cálculo do FAP das CAT por acidentes de trajeto; 4) retirada do bloqueio da faixa bônus (FAP > 1) de empresas que apresentem casos de morte ou invalidez permanente por AT; 5) retirada do bloqueio da faixa bônus para empresas apresentem taxa de rotatividade maior que 75%; 6) alteração no critério de desempate e aprovando a proposta de retirada do desconto na faixa malus. Agendar, com as demais centrais, audiência com o ministro da Previdência para cobrar do governo federal uma postura mais comprometida com os interesses dos trabalhadores ao invés de ceder às pressões empresariais, não somente em relação ao FAP, bem como a outros ataques aos direitos previdenciários em geral.

NR 12

Rechaçar veementemente as tentativas de revogação da NR 12 pelos patrões, tanto por meio de lobbies e pressões junto ao ministro do Trabalho e Emprego, bem como com ações judiciais e apresentação de Projetos de Lei na Câmara e no Senado, deixando claro que, caso os empresários continuem a desrespeitar as mesas tripartites das quais fazem parte, buscando alterar em outras instâncias questões consensuadas na CTPP e suas subcomissões, os trabalhadores não terão mais interesse em participar do processo tripartite.

EM DEFESA DA DEMOCRACIA

CONTRA A ATUAL POLÍTICA ECONÔMICA

EM DEFESA DO EMPREGO E DO SALÁRIO

EM DEFESA DA PETROBRAS

NENHUM DIREITO A MENOS